

LOBÃO, Ronaldo. *Cosmologias políticas do neocolonialismo*: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento. Niterói: Editora da UFF, 2010. 324 p.

FELIPE DOMINGUES DOS SANTOS\*

O livro de Ronaldo Lobão parte de uma abordagem do tempo e do espaço enquanto categorias constituintes de uma cosmologia característica da cultura ocidental, presente ao longo de sua história e expressa através da dicotomia Natureza x Cultura.

As formas socioculturais que essas categorias assumem no contexto da produção pesqueira se referem às “políticas de preservação, tutela ou salvação” (LOBÃO, 2010, p. 11) levadas a cabo em nome da preservação do meio ambiente e da ideia de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a criação de Unidades de Conservação ou Áreas Protegidas em espaços antes habitados por grupos minoritários, detentores de direitos em relação à autonomia na gestão de suas relações locais, demarca e institucionaliza uma passagem do “direito à tutela” a partir da manipulação das categorias de tempo e espaço, realizada por agentes externos a tais grupos.

Tal processo resultante de uma “Cosmologia Política do Neocolonialismo” encontra suas “evidências empíricas” no que o autor chama de “economia política do ressentimento” (LOBÃO, 2010, p. 11).

O saber local é preterido em nome de técnicas de manejo que se dizem sustentáveis, adequadas à conservação da biodiversidade. O reconhecimento desta população como grupos subalternos na sociedade brasileira implica a sua própria visão como vítimas de “atos de desconsideração” ou

\* Doutorando em Antropologia pelo PPGA/UFF e pesquisador vinculado ao INCT-InEAC, Nufep/UFF. Suas pesquisas têm como principais focos de análise o processo de transmissão de patrimônio cultural entre grupos minoritários na sociedade brasileira, segurança pública e educação.

de “insultos morais”, conforme a expressão de Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2002).

Os conflitos, assim, aparecem como parte das relações entre as populações tradicionais e agentes externos representados pelo Estado, ONGs e a própria Academia, por meio dos cientistas que desempenham um papel fundamental nas formas de administração destes mesmos conflitos, contribuindo para a difusão de um “pensamento único para o controle de alguns processos sociais” (LOBÃO, 2010, p. 13).

O lugar ocupado pelo antropólogo enquanto um desses cientistas encarregados de legitimar valores e práticas projetados a partir deste campo social é problematizado como um dos pressupostos metodológicos que orientam este trabalho.

O trabalho etnográfico foi realizado em uma Reserva Extrativista Marinha – Resex-Mar. O seu foco incidiu, inicialmente, sobre as histórias dos grupos que ocupavam estes espaços sociais e suas relações com seu “lugar de origem”. Tornou-se necessária, para tanto, a adoção de uma abordagem diacrônica como forma de compreender as transformações pelas quais passaram as políticas de preservação ambiental em sua relação com grupos tradicionais.

Nas palavras do próprio autor:

Usei alternativamente os conceitos de trajetória e processo de acordo com a ênfase que desejava. Ao falar em trajetória pensei em diferentes significados de diversas etapas do desenvolvimento nos distintos espaços de aplicação da política. Ao usar o conceito de processo me referi aos vetores e resultantes que a moveram ao longo do tempo. (LOBÃO, 2010, p. 15)

Contudo, uma das dificuldades encontrada no trabalho foi a de interlocução com pesquisadores de outras áreas de conhecimento, tais como biólogos, zoólogos, ecólogos e mesmo cientistas sociais, embora não deixe claro até que ponto isso afetou a produção e interpretação dos seus dados de uma maneira geral.

Tempo e espaço se constituem aqui como categorias centrais para trabalhar com questões relativas às identidades culturais, os conflitos e o poder, procurando também discutir os diferentes estatutos dos saberes locais frente a uma ciência do universal.

Ao longo do processo de transformação política que levou à constituição das Reservas Extrativistas Marinhas, o autor reconhece e descreve uma

“cosmologia política do neocolonialismo” e seu resultado, que se manifesta na forma de uma “economia política do ressentimento”.

Os Encontros Neocoloniais apresentados neste trabalho apoiam-se em dois conceitos-chave para a compreensão da trajetória das Reservas Extrativistas Marinhas e outras Unidades de Conservação: o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável.

Dessa forma, os grupos tradicionais que habitam as localidades assim denominadas pelo Poder Público relacionam-se com formas de conceber o tempo e o espaço estranhas ao seu próprio modo de vida, uma vez que tal Encontro (Neo)colonial é experimentado através do processo de formação de associações formais, constituídas em conformidade com um aparato legal, visando reforçar o controle do Estado sobre este segmento populacional.

As noções juridicamente constituídas sobre o Meio Ambiente e as Unidades de Conservação buscam fornecer os meios para a adaptação de determinados grupos aos pressupostos que orientam um modelo de ação governamental, tendo em vista a preservação destes espaços.

Já o conceito de Desenvolvimento Sustentável coloca outros problemas, ligados a uma redefinição da relação entre “sociedade” e “natureza” em função das necessidades de reprodução colocadas pelo mundo capitalista sob a égide de uma certa racionalidade, alheia, muitas vezes, aos interesses dos grupos locais, orientada por algum valor comercial e para sua entrada no mercado globalizado.

Neste contexto, a “pobreza” assume um papel crucial na legitimação de certas ações governamentais, mesmo que tal condição varie segundo as regiões. Dessa forma, esta categoria torna-se a porta de entrada para a obtenção de linhas de crédito e para o seu prometido (e promissor?) desenvolvimento.

Certamente, a distância que há aí entre uma definição imposta por uma política governamental e sua rejeição pelo objeto de sua intervenção importam menos diante da suposta irracionalidade de suas práticas, de seus saberes, de seu modo de vida, considerados “atrasados”.

A passagem de uma condição de não sustentabilidade para outra de sustentabilidade é um processo dirigido de fora para dentro, segundo determinados critérios ecológicos e ambientais, tendo em vista a preservação da natureza, o equilíbrio de relações rurais e urbanas, a modernização dos instrumentos de produção, uma certa autonomia no que diz respeito à

pesquisa e ao desenvolvimento tecnológicos, enfim, condições demarcadas para a entrada de certos grupos em uma economia globalizada.

A promoção de tais mudanças vai ao encontro de formações políticas reconhecidas nacional e internacionalmente, como parte de um processo de consolidação de um modelo de Estado-nação democrático; com um projeto (inter)nacional compartilhado, utilizado para atingir tal sustentabilidade, garantindo a exploração equilibrada dos recursos ambientais e a preservação da biodiversidade, sustentada por um saber científico.

O saber tradicional é, desse modo, descartado, desconsiderado diante do saber científico, como se pode ver no “Roteiro de Elaboração de Planos de Manejo do CNPT”,<sup>1</sup> voltado para os projetos de desenvolvimento de Reservas Extrativistas (LOBÃO, 2010).

Assim, o desequilíbrio dos recursos naturais é visto pelos agentes de tais políticas como resultado da aplicação errônea, carente de método científico, de um saber naturalístico. Donde se impõe a necessidade deste outro saber técnico-especializado para corrigir tais deficiências e mitigar certos problemas.

Contudo, atualmente, tais políticas pretendem atrelar a noção de Desenvolvimento Sustentável à de um saber tradicional, supondo a sua grande afinidade com a natureza ou o meio ambiente o qual circunda. Apesar da voga desta ideia, a demarcação de uma diferença entre estes saberes se dá concomitantemente ao estabelecimento da superioridade e do poder de englobamento do saber científico que reside, aqui, na sua capacidade de aplicação em grande escala, ao contrário do saber local apropriado, exclusivamente, a situações ou contextos particulares.

Assim, de acordo com os projetos de uns para o desenvolvimento de outros, a biodiversidade e sua necessidade de conservação se sobrepõem à diversidade sociocultural que caracteriza os seres humanos. Busca-se, de um lado, o controle dos recursos renováveis por parte de agentes externos; de outro, como parte das dimensões sociais envolvidas no processo, temos apenas o mercado e suas necessidades de reprodução como eixo articulador dessas políticas desenvolvimentistas.

Em um contexto de identidades plurais, a descentralização política significa apenas a mediação realizada pelas ONGs e assessores em geral, da relação entre grupos minoritários e o Estado.

A participação política desses grupos de pescadores artesanais se dá, efetivamente, dentro de certos limites. As identidades locais são escolhidas

<sup>1</sup> Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável, conforme Lobão (2010, p. 48).

em função do valor que atribuem em seus discursos às práticas ambientais sustentáveis, até certo ponto, dentro do modelo proposto externamente a tais grupos, voltados principalmente para a conservação da biodiversidade.

É assim que o autor salienta que, dos sete momentos que caracterizam o desenvolvimento de um projeto de ação para estes grupos minoritários, somente em duas fases conta-se com a sua participação entre a elaboração e implementação (LOBÃO, 2010).

Ao projetarem um “futuro de desenvolvimento”, os agentes de tais políticas investem esta ideia, no presente, de um sentido e um valor, até certo ponto, adotado por certos grupos locais. Tais valores ligados a uma estrutura mercadológica distinguem produtores de consumidores e contribuem para a reprodução das condições de subordinação daqueles em relação a estes na sociedade brasileira.

Os grupos tradicionais são identificados pelas políticas de governo de acordo com as marcas da tradição e do passado, que os constitui enquanto grupos portadores de identidades diferenciadas em relação aos demais grupos localizados na estrutura social mais ampla.

Mas no momento em que essas figuras de identidades locais entram em contato com representantes da sociedade nacional, tais sinais diacríticos respaldados no seu passado, na sua história, são subsumidos em prol da visão de mundo do (neo)colonizador, com suas diferentes formas de percepção das categorias de tempo e espaço, representadas pelo discurso cientificista.

O reconhecimento esperado pelas populações tradicionais não vem do Estado, gerando, assim, um ressentimento por parte do público-alvo destas políticas de intervenção. Os comportamentos dos grupos locais são avaliados externamente em função da sua maior ou menor adesão aos valores que permeiam um modelo de sustentabilidade, de uma perspectiva, até certo ponto, alheia aos interesses ou visões de mundo desses próprios grupos.

O tempo de tais grupos, referido às suas histórias, enquanto elementos constituintes de suas identidades diferenciadas, deixa de ser visto sob o signo da continuidade e passa a ser visto sob o signo da ruptura, a partir do contato com agências e agentes ligados às políticas ambientais.

Os espaços passam a receber novas denominações e sentidos que, muitas vezes, se confrontam com os sentidos atribuídos pelos próprios grupos locais, como no caso da construção das Reservas Extrativistas e das Unidades de Conservação.

É dessa forma que uma “economia política do ressentimento” tende a prevalecer sobre uma “política do reconhecimento” das tradições, saberes e modos de vida locais, de acordo com a trajetória dos grupos apresentados ao longo do trabalho de Ronaldo Lobão, que busca abdicar do que ele mesmo chama uma “Cosmologia Política do Neocolonialismo”.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. *Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

LOBÃO, Ronaldo. *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento*. Niterói: Eduff, 2010.